

## **Avaliação de documentos arquivísticos digitais: continuidades e rupturas**

*Cintia Aparecida Chagas\**

### **Resumo**

Nas últimas décadas, modificações na dinâmica das organizações e na forma de produção dos documentos geraram novos desafios para a área de arquivos. A produção massiva de documentos em formato digital levou a área a repensar algumas de suas práticas e teorias, com reflexos em todas as funções arquivísticas. Nesse contexto, a necessidade de avaliar para decidir o que merece ser preservado permanentemente e o que pode ser eliminado em curto, médio ou longo prazo torna-se ainda maior. As dificuldades e especificidades associadas à gestão e preservação de documentos digitais no contexto de uma sociedade altamente conectada, com organizações cada vez mais horizontais e menos hierárquicas levaram a novas reflexões e desenvolvimentos teóricos e metodológicos no campo da avaliação de documentos. Nesse artigo, são apresentadas e discutidas algumas dessas propostas no âmbito da arquivística contemporânea, destacando as continuidades e modificações na avaliação de documentos contempladas por essas propostas. Conclui-se que, apesar de se apresentarem como rupturas, as construções teóri-

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais. [cintiachagasumfg@gmail.com](mailto:cintiachagasumfg@gmail.com)

cas da arquivística contemporânea são fortemente influenciadas por um pensamento arquivístico clássico e não representam uma ruptura significativa pelo menos no âmbito da avaliação de documentos. Além disso, tais propostas não trazem respostas significativamente diferentes no que tange à avaliação de documentos digitais se comparadas ao modelo de avaliação produzido em meados do século XX pelo arquivista Theodore Schellenberg.

**Palavras chave:** avaliação de documentos arquivísticos; gestão de documentos; documento digital; arquivologia.

## **Evaluación de documentos de archivo digitales: continuidades y rupturas**

### **Resumen**

En las últimas décadas, los cambios en la dinámica de las organizaciones y en la forma de producir documentos han generado nuevos desafíos para el área de archivos. La producción masiva de documentos en formato digital llevó al área a repensar algunas de sus prácticas y teorías, con repercusiones en todas las funciones archivísticas. En este contexto, se hace aún mayor la necesidad de evaluar para decidir qué merece ser preservado permanentemente y qué puede ser eliminado en el corto, mediano o largo plazo. Las dificultades y especificidades asociadas a la gestión y conservación de documentos digitales en el contexto de una sociedad altamente conectada, con organizaciones cada vez más horizontales y menos jerárquicas, han dado lugar a nuevas reflexiones y desarrollos teóricos y metodológicos en el campo de la valoración documental. En este artículo se presentan y discuten algunas de estas propuestas en el contexto de la archivística contemporánea, destacando las continuidades y cambios en la

valoración de los documentos contemplados por estas propuestas. Se concluye que, a pesar de presentarse como rupturas, las construcciones teóricas de la archivística contemporánea están fuertemente influenciadas por el pensamiento archivístico clásico y no representan una ruptura significativa, al menos en el ámbito de la valoración documental. Además, tales propuestas no brindan respuestas significativamente diferentes con respecto a la valoración de documentos digitales en comparación con el modelo de valoración elaborado a mediados del siglo XX por el archivista Theodore Schellenberg.

**Palabras clave:** valoración documental; gestión de documentos; documento digital; archivística.

## **Appraisal of digital records: continuities and ruptures**

### **Abstract**

In the last decades, changes in the dynamics of organizations and in the way documents are produced have generated new challenges for the archives area. The massive production of documents in digital format led the area to rethink some of its practices and theories, with repercussions on all archival functions. In this context, the need to evaluate to decide what deserves to be permanently preserved and what can be eliminated in the short, medium or long term becomes even greater. The difficulties and specificities associated with the management and preservation of digital records in the context of a highly connected society, with increasingly horizontal and less hierarchical organizations have led to new reflections and theoretical and methodological developments in the field of archival appraisal. In this article, some of these proposals in the context of contem-

porary archiving are presented and discussed, highlighting the continuities and changes in the archival appraisal contemplated by these proposals. It is concluded that, despite presenting themselves as ruptures, the theoretical constructions of contemporary archival science are strongly influenced by classical archival thinking and do not represent a significant rupture, at least in the scope of archival appraisal. Furthermore, such proposals do not provide significantly different answers regarding the evaluation of digital documents compared to the evaluation model produced in the mid-20th century by archivist Theodore Schellenberg.

**Key Words:** archival appraisal; records management; digital records; archival science.

Recibido 28/02/2022

Aceptado 26/04/2022

## 1. Introdução

A avaliação de documentos, assim como as demais funções arquivísticas, foi impactada pela transição de um mundo essencialmente analógico para a era digital. A transformação digital das rotinas administrativas, que já era uma realidade desde finais do século XX, foi acelerada pela necessidade de trabalho remoto durante o período da pandemia de COVID-19. Esse cenário gerou a necessidade de adaptação imediata das organizações públicas e privadas no sentido de garantir a realização de processos de maneira segura, com a geração de documentos autênticos, com a garantia de autoria e não repúdio, sem perder de vista a necessidade de preservação. O aumento expressivo na produção

documental em formato digital leva à necessidade de reflexões sobre todas as funções arquivísticas. Assim, produção, aquisição, classificação, avaliação, conservação, descrição e difusão devem ser repensadas no contexto atual. Nesse artigo é dado destaque à função avaliação de documentos, discutindo-se possíveis mudanças e continuidades.

Em um primeiro momento, é apresentado um breve histórico do surgimento da avaliação de documentos, com destaque para a Alemanha e Estados Unidos. Em seguida, são apresentados conceitos e discutidas algumas especificidades do documento arquivístico digital. Na seção 4, são apresentados três modelos de avaliação de documentos elaborados no contexto da chamada arquivística pós-moderna. O artigo finaliza com considerações acerca da avaliação de documentos e os diversos modelos propostos, bem como sua validade em uma realidade marcada pela produção massiva de documentos digitais.

## **2. Avaliação de documentos**

A avaliação de documentos é a função arquivística que determina a formação do patrimônio documental. É por meio dela que se define o que será preservado e o que será eliminado, o que será lembrado e o que será esquecido. Assim, de acordo com Glenn Dingwall, a avaliação tem um enorme poder sobre a formação da memória.<sup>1</sup> Se para o historiador qualquer documento é uma potencial fonte de pesquisas, ao arquivista cabe definir

---

<sup>1</sup> Glenn DINGWALL. “Modelo do ciclo vital e modelo do continuum: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós guerra”, Em: Terry MACNEIL Easwood & Heather MacNeil (Orgs.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 205-235.

limites para o que será preservado. De acordo com Theodore Schellenberg, a redução da quantidade de documentos é essencial tanto para o próprio governo quanto para o pesquisador, pois muitas vezes, o interesse do pesquisador pelos documentos acontece em uma razão inversa à sua quantidade.<sup>2</sup>

A avaliação de documentos é o processo de análise, que pode partir do nível da sociedade, da organização, das funções, das atividades ou dos documentos, com base em valores atribuídos a esses diferentes níveis, a fim de determinar os prazos de guarda e o destino final destes últimos.<sup>3</sup>

A necessidade de avaliar e eliminar documentos públicos é uma decorrência do acúmulo documental, associado ao aumento de sua produção em um contexto de ampliação da atuação do Estado na vida dos cidadãos. Tal ampliação se deu, principalmente, no período entreguerras, momento em que se verifica o chamado “Estado de bem-estar social”. Nesse momento, verifica-se a atuação do Estado em áreas sociais como educação e saúde.

Assim, preocupados com o acúmulo de documentos, e com o entendimento de que a qualidade dos arquivos permanentes dependia de todo um tratamento anterior da documentação o *National Archives and Records Service* (NARS), dos Estados Unidos passou a investir na área que mais tarde ficou conhecida como gestão de documentos. Destaca-se que o *National Archives* (NA), fundado em 1934, foi transferido para o *General Services Administration* (GSA) em 1949 e passou a se chamar

---

<sup>2</sup> Theodore Roosevelt SCHELLENBERG, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

<sup>3</sup> Cintia Aparecida CHAGAS, “Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia”, *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, v. 30, n. 61, 2020, p. 478–498. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/926>.

*National Archives and Records*.<sup>4</sup> A preocupação dos estadunidenses com a gestão de documentos levou à definição de critérios de avaliação por parte dos membros do Arquivo Nacional, como Philip Brooks<sup>5</sup> e Theodore Schellenberg, cujo manual foi publicado pela primeira vez em 1956.

Contudo, muito antes dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, o entendimento da importância da participação do arquivista no processo de avaliação dos documentos produzidos já era uma realidade na Alemanha. Assim, em 1883, na Prússia, foram elaborados calendários de conservação; em 1858, foi decretado que as autoridades arquivísticas deveriam ser notificadas dos documentos selecionados para destruição e, na Baviera, a ideia de que o arquivista tinha a responsabilidade sobre o que deveria ser preservado, já estava presente em 1897.<sup>6</sup> Destaca-se que essa visão era totalmente oposta àquela defendida pelo inglês Hillary Jenkinson, cujo manual foi publicado pela primeira vez em 1922, ele entendia que qualquer intervenção do arquivista no processo de avaliação era prejudicial, assim como excluía também a participação de historiadores nesse processo. Jenkinson entendia que somente os produtores poderiam definir o destino final dos documentos que produziam em um processo de “avaliação tácita”.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Ciaran B. TRACE, Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

<sup>5</sup> Philip Coolidge BROOKS. “The selection of records for preservation”. *The American Archivist*, v. 3, n. 4, October 1940, p 221-234.

<sup>6</sup> Ole KOLSRUD, “The evolution of basic appraisal principles – some comparative observations”. *American Archivist*, v. 55, 1992, Disponível em <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.v05w2kg671667v6h>. [Fecha consulta 03/03/2022]

<sup>7</sup> Hillary JENKINSON, *A manual of archive administration*, London, Percy Lund, Humphries & Go Ltd, 1937 (nova edição revisada). Primeira edição (1922).

A Alemanha também se destaca na construção de critérios de avaliação. Em 1926, Karl Otto Muller sugeriu alguns critérios para avaliação como a distinção entre autoridade central, intermediária e local, sendo que os documentos mais valiosos se concentrariam nos níveis central e intermediário. Suas ideias serviram de base para a definição do Arquivo Nacional, por meio de uma instrução de 1937 de seu diretor Heinrich Otto Meisner, que estabelecia três regras básicas para a avaliação: idade, conteúdo e hierarquia. Em relação à idade, surgiu, nesse contexto, o princípio de que “a idade avançada deve ser respeitada”, ou seja, a definição de datas de corte antes das quais nenhum documento poderia ser eliminado. O segundo critério, o conteúdo refere-se à preservação de documentos sobre matérias relacionadas a instituições permanentes em detrimento de materiais que servissem a fins específicos. O terceiro critério se referia à hierarquia administrativa, definido a distinção entre autoridade central, intermediária e local. Ainda na Alemanha, em 1957, Georg Wilhelm Sante e Wilhelm Rohr revitalizaram as ideias de Muller e Meisner. Diante do volume dos arquivos modernos, a avaliação minuciosa era impossível, assim decidiram definir corpos administrativos inteiros como mais ou menos valiosos. Tais critérios não foram bem aceitos por serem considerados muito rígidos.<sup>8</sup>

A elaboração de critérios de avaliação nos Estados Unidos tem como principal referente o arquivista dos Arquivos Nacionais Theodore Schellenberg. Em livro publicado em 1956, o arquivista estadunidense definiu as bases da teoria de avaliação que ainda hoje é aplicada nos Estados Unidos e em grande parte do mundo. Fortemente influenciado pelas ideias dos alemães e pelas ideias do também membro do Arquivo Nacional, Philip

---

<sup>8</sup> KOLSRUD, op. cit.

Brooks<sup>9</sup>, Schellenberg formulou sua teoria de valor. De acordo com Philip Brooks, os documentos tinham valores para a própria administração que os criaram e valores para outros interessados. Schellenberg chamou esses valores de primários e secundários.

Os valores primários dizem respeito ao cumprimento dos objetivos para os quais os documentos foram criados, sejam eles administrativos, fiscais, legais ou executivos. Já os valores secundários são aqueles que persistirão por muito tempo, ainda depois de cessado o uso corrente. Os valores secundários se dividem em valor probatório (evidencial) e informativo. Os valores probatórios seriam os decorrentes da prova que contém da organização e do funcionamento do órgão gerador do documento e os valores informativos referem-se a informações contidas nos documentos sobre pessoas, coisas ou fenômenos com os quais a organização lida.

As ideias de Schellenberg passaram a ser questionadas no final do século XX e início do século XXI por arquivistas da chamada ‘arquivística pós-moderna’ entre outros. Terry Cook, Gerald Ham, Hellen Samuels, Hans Booms, Richard Brown são alguns dos arquivistas que propuseram um novo olhar sobre a avaliação de documentos mais sintonizada com as necessidades advindas, entre outros fatores, das transformações pelas quais a sociedade passou, com reflexos nas organizações e nos governos. Algumas dessas transformações se relacionam também à produção massiva de documentos digitais. Esses autores desenvolveram modelos como o Plano Documental<sup>10</sup>, a Estratégia de

---

<sup>9</sup> BROOKS, op. cit.

<sup>10</sup> Hans BOOMS, “Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources”, En *Archivaria*, v. 24, 1987, pp. 69 – 107.

Documentação<sup>11 12</sup> e a Macroavaliação<sup>13</sup>, que serão apresentadas na seção 4. A seguir são tratadas algumas das especificidades dos documentos digitais.

### 3. O documento digital

O final do século XX é marcado por grandes transformações nas tecnologias da informação e comunicação que impactaram diretamente a forma de produzir e reproduzir documentos. O desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDIC) trouxe uma série de benefícios para a organização do trabalho e para a prestação de serviços em organizações de natureza pública e privada. A conectividade e a instantaneidade são marcas do momento atual e isso não seria possível sem que as atividades fossem mediadas por tais tecnologias.

O dicionário brasileiro de terminologia arquivística define documento digital como “Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.”<sup>14</sup> Nesse trabalho, contudo, o conceito que mais interessa é o de documento arquivístico digital cuja definição é:

---

<sup>11</sup> Hellen Willa SAMUELS, “Who controls de past”. *American Archivist*, Spring 1986. Pp. 110 – 124.

<sup>12</sup> Helen Willa SAMUELS, “Improve our disposition: documentation strategy”. *Archivaria* 33, 1991-1992.

<sup>13</sup> Terry COOK, Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. *TABULA: Revista de archivos de Castilla y León*, n. 6, 2003. El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos. Editor Luis Hernández Oliveira. p. 87-102.

<sup>14</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil), *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p. 75. (Publicações Técnicas, 51).

Uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável, produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional, em suporte magnético, óptico ou outro.<sup>15</sup>

Frequentemente o termo “documento eletrônico” é utilizado como sinônimo de “documento digital” tanto na literatura brasileira da área como na literatura internacional, contudo é necessário fazer a distinção entre os dois. A definição de documento eletrônico no dicionário brasileiro de terminologia arquivística é “Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais”.<sup>16</sup> Assim, como pode-se observar pelas definições acima, os documentos digitais são também eletrônicos, contudo, nem todo documento eletrônico é digital. Considerando-se as definições apresentadas, esse artigo refere-se especificamente aos documentos arquivísticos digitais e não aos documentos eletrônicos ou digitais de uma forma geral. Assim, documentos arquivísticos digitais não podem ser tratados como simples objetos digitais. É necessário garantir suas características como documento arquivístico para que possam servir como evidências das ações que levaram à sua produção.

Assim, algumas características próprias dos documentos digitais como a dissociação ou independência do suporte, modificabilidade ou caráter dinâmico e virtualidade ou separação dos

---

<sup>15</sup> Rosely Curi RONDINELLI, *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 235.

<sup>16</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil), *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p. 75. (Publicações Técnicas, 51).

componentes podem acarretar problemas em relação à manutenção das características do documento arquivístico. Logo, para que um documento digital seja considerado um documento de arquivo deve estar em condições de conservar os valores evidenciais ao longo de seu ciclo de vida. Deve se manter autêntico e confiável<sup>17</sup>. Entende-se autenticidade como “Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. A autenticidade é composta de identidade e integridade.”<sup>18</sup> Já a confiabilidade é a

credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção.<sup>19</sup>

Destaca-se que o documento de arquivo, conforme Luciana Duranti (1994) também é considerado a melhor prova no direito, entendendo-se como prova o

Instrumento jurídico vocacionado a demonstrar a ocorrência ou não de determinado fato e, em caso positivo, delimitar todas as suas características e circunstâncias, respondendo não só à pergunta se o fato ocorreu ou não, mas como ocorreu e quais sujeitos estão a ele atrelados ativa ou passivamente.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Jordi SERRA SERRA, Los documentos electrónicos: qué son y cómo se tratan, Gijón, Trea, 2008.

<sup>18</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Glossário documentos arquivísticos digitais*. 8ª Versão, 2020, p. 12, Disponível em: <[https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde\\_2020\\_08\\_07.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf)>. [Fecha consulta 03/03/2022]

<sup>19</sup> *Ibid*, p. 18.

<sup>20</sup> Rennan THAMAY; Mauricio TAMER, *Provas no direito digital: conceito de prova digital, procedimentos e provas digitais em espécie*. São Paulo: Thomson Reuters, 2020, p. 28.

Contudo, para atribuir eficácia plena aos documentos estes devem possuir determinadas características que tornem possíveis a identificação de autoria e a certeza de não modificação ou indícios de tal.<sup>21</sup>

Logo a gestão desses documentos depende de sistemas capazes de garantir as características dos documentos de arquivo. Tais sistemas têm um núcleo composto pelos seguintes elementos: captura; registro; descrição; classificação; avaliação, seleção e destinação; armazenamento e conservação.<sup>22</sup> Todos esses elementos são fundamentais para o processo de gestão de documentos digitais.

Assim, foram desenvolvidos modelos e requisitos como o *Design criteria standard for electronic records management software applications* (DoD 5015.2-std), desenvolvido pela Universidade British Columbia, em colaboração com o Ministério da Defesa dos Estados Unidos, o *Funcional Requeriments for Electronic Records Management System*, do Reino Unido, de 1999, o *Model requeriments for the management of electronic records* (Mo-Req), desenvolvido no âmbito da Comissão Europeia. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou o “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, no ano de 2006, cuja segunda versão foi publicada em 2022<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Camilla do Vale JIMENE, *O valor probatório do documento eletrônico*, São Paulo, Sicureza editora, 2010, 76p.

<sup>22</sup> Jordi SERRA SERRA, *Los documentos electrónicos: qué son y cómo se tratan*, Gijón, Trea, 2008.

<sup>23</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. / 2. versão*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf> [Fecha de consulta 11/05/2022]

Além da gestão, uma importante preocupação relativa aos documentos digitais é sua preservação. Preservar documentos digitais autênticos e fidedignos exige a utilização de repositórios digitais confiáveis. Esses repositórios são ambientes seguros para o armazenamento e disseminação de documentos digitais. O principal modelo de referência para repositórios digitais é o modelo OAIS – Open Archive Information System, um modelo conceitual desenvolvido pelo *Consultive Commitee for Space Data Systems* – CCSDS, que resultou na norma ISO 14731: 2013. Esse modelo serviu de base, no Brasil, para a publicação, no ano de 2014, da Resolução n. 39 do Conselho Nacional de Arquivos, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos SINAR<sup>24</sup>. Tal resolução traz em anexo as diretrizes do CONARQ – produzidas pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos, de modo a garantir a integridade, a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação. Esse documento se propõe a indicar parâmetros para repositórios de documentos arquivísticos digitais e do desenvolvimento do modelo RDC-Arq. Conforme definido por essa resolução, o gerenciamento dos documentos nesse tipo de repositório deve estar de acordo com o modelo de referência OAIS, ou seja, estabelecendo a formação de pacotes de informação, envolvendo

---

<sup>24</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Resolução nº 39*, de 29 de abril de 2014. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Disponível em: < <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-39-de-29-de-abril-de-2014>>. [Fecha consulta 25/04/2022]

os documentos digitais e seus metadados. No ano de 2015, essa norma foi atualizada por meio da resolução 43, de 04 de setembro, cuja principal alteração foi na adjetivação do repositório digital como “arquivístico”. Assim ela estabelece “(..) diretrizes para a implementação de repositórios **arquivísticos** digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR”.<sup>25</sup>

Destacam-se na próxima seção algumas ideias da arquivística contemporânea no que tange à avaliação de documentos e, na seção seguinte, são apresentadas algumas reflexões sobre a avaliação de documentos digitais.

#### **4. A arquivística contemporânea e a avaliação de documentos**

No final do século XX e início do século XXI, o impacto das ideias que buscam caracterizar o momento contemporâneo como pós-moderno se fez presente na arquivologia, no movimento que ficou conhecido como “arquivística pós-moderna”. De acordo com Terry Cook (2012) seriam três as fases do pensamento arquivístico, a primeira delas é o que ele chama “pré-modernista”, fase em que ele insere o Manual dos Arquivistas Holandeses até Hillary Jenkinson. A segunda fase seria a “moder-

---

<sup>25</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Resolução nº 43*, de 04 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>>. [Fecha consulta 25/04/2022] – grifo nosso.

nista”, representada por Theodore Schellenberg e o impacto do pensamento organizacional/gerencial nos arquivos e a terceira fase, na qual ele se situa, é a arquivística “pós-modernista”, o novo paradigma defendido por ele. Em sua visão:

O papel da Arquivologia num mundo Pós-moderno desafia arquivistas em toda parte a repensar a sua disciplina e prática. Uma profissão enraizada no Positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado.<sup>26</sup>

No contexto da chamada “arquivística pós-moderna”, foram desenvolvidas teorias e metodologias de avaliação de documentos. Nesse trabalho são apresentadas três delas: o Plano Documental, a Estratégia de Documentação e a Macroavaliação. Em comum elas têm a busca por um modelo de avaliação mais adequado à realidade atual, marcada por organizações mais horizontais, atividades interconectadas e a produção massiva de documentos em formatos variados, assim como os documentos digitais nas organizações públicas e privadas.

O modelo de Plano Documental foi desenvolvido pelo alemão Hans Booms. Essa proposta foi apresentada em um discurso proferido pelo arquivista na abertura da Conferência dos Arquivos Alemães, em 1971. O conteúdo de seu discurso foi publicado como ensaio em 1972 e traduzido para o inglês em 1987.<sup>27</sup> Nesse trabalho, ele faz críticas aos modelos tradicionais prussianos (1920-30) e Marxista, que ele considera similares em

---

<sup>26</sup> Terry COOK, “Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos”. Em: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012, p. 124, Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53709> [fecha consulta 03/03/2022]

<sup>27</sup> Hans BOOMS, “Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources”, En *Archivaria*, v. 24, 1987, pp. 69 – 107.

muitos aspectos. Trata da ideia do valor social da documentação e destaca a necessidade de os arquivistas, no processo de avaliação, seguirem valores contemporâneos à época da produção dos documentos, deixando de lado os conceitos de valor de seu próprio tempo. Sua proposta é uma tentativa de arranjar os documentos de acordo com uma hierarquia de valores segundo uma lista de eventos históricos, escalonados por sua significância social. Os chamados “planos documentais” deveriam ser construídos para a respectiva esfera de atuação institucional do arquivo (municipal, estadual, eclesiástico etc.). Com eles, pode-se estabelecer os eventos, ações e desenvolvimentos essenciais e determinantes de um tempo e da categoria de sujeito em consideração. O plano deve ser desenvolvido para um período de 5, 10 ou 20 anos, no máximo, sendo produto de cooperação entre diversos profissionais. Se possível, deve ser discutido em um conselho composto por pessoas de diferentes áreas como administração, ciência, mídia e economia. Deve ser sancionado e controlado pela sociedade como um todo. Em 1991, em outro trabalho, Hans Booms apresentou novamente o Plano Documental, com algumas modificações após a constatação da inviabilidade, por exemplo, da sanção pública do plano. Além disso, segundo ele, falhou também a atuação de um conselho consultivo para revisão do plano, pois, em sua visão, os historiadores tendem a considerar os documentos de suas pesquisas mais importantes e, enquanto muitos produtores de documentos querem destruir tudo, outros querem guardar tudo.<sup>28</sup>

Nesse novo trabalho, são descritas as etapas de trabalho para a elaboração do “Plano Documental” ou “Perfil da documentação”. As etapas são as seguintes: a) definição de um ci-

---

<sup>28</sup> Hans BOOMS. “Überlieferungsbildung: Keeping archives as a social and political activity”. En *Archivaria* v. 33, 1991-1992.

clo cronológico com eventos importantes de um determinado período; b) análise da estrutura administrativa para recuperar o contexto de proveniência (que deve ser escrita e adicionada aos documentos). Em seguida, deve-se considerar as seguintes questões: o que eu devo documentar (no ciclo cronológico contemporâneo)? Onde encontro os registros apropriados (a partir da análise da estrutura)? Em seguida, investigar o conteúdo dos documentos<sup>29</sup>.

Outro modelo surgido no mesmo contexto é a Estratégia de Documentação. Essa proposta foi apresentada por Helen Samuels<sup>30</sup> e se difere, principalmente, por seu caráter interinstitucional. A justificativa para a apresentação desse modelo é a complexidade das relações entre indivíduos e instituições, entre governo, indústria e academia etc. Essa complexidade também se refletindo em padrões de financiamento integrado. Tendo em vista essa complexidade, é necessário tratar a documentação produzida como resultado dessas atividades, pois os documentos (*records*) espelham a sociedade que os criam. Funções integradas afetam onde e como os documentos dessas atividades são criados em onde eles devem ser guardados (retidos).

Outra justificativa para a elaboração de estratégias de documentação é a diversidade de suportes e formatos dos documentos produzidos, sobretudo a ampliação da produção de documentos digitais. Uma estratégia de documentação é um plano para selecionar e produzir documentos sobre uma determinada área geográfica, tópico ou assunto. Ainda que tal proposta, à primeira vista, possa parecer pouco arquivística, a autora em nova publicação<sup>31</sup> esclarece que a base para a elaboração

---

<sup>29</sup> BOOMS, 1991-1992, op. cit.

<sup>30</sup> SAMUELS, 1986, op. cit.

<sup>31</sup> SAMUELS, 1991-1992, op. cit.

e para a participação em uma Estratégia de documentação são arquivos institucionais fortes, com conhecimento das funções e estruturas das organizações. Assim, as estratégias de documentação pressupõem a elaboração de estudos funcionais-estruturais para cada participante. O que difere a estratégia de documentação da análise-funcional estrutural é o nível de aplicação. Enquanto a análise estrutural-funcional se refere às organizações isoladamente, a estratégia de documentação se refere a um conjunto de organizações/instituições. A ideia é realizar um trabalho cooperativo mediado pela tecnologia. Cada organização preserva sua documentação e esta documentação é unida virtualmente por meio de sistemas tecnológicos. A estratégia pressupõe, ainda, a guarda de documentação em locais apropriados. Assim os passos da metodologia da estratégia de documentação são os seguintes: escolha e definição do assunto a ser documentado; seleção dos assessores e estabelecimento do lugar para a estratégia; estruturação da pesquisa e exame da forma e substância da documentação disponível; seleção e guarda da documentação.

O resultado da aplicação de estratégias de documentação são arquivos integrados e fortes. É a possibilidade de um conhecimento mais global da realidade, pois Samuels acredita que os arquivistas devem oferecer para o futuro não “árvores individuais”, mas uma “floresta”.<sup>32</sup> Acredita-se que esse tipo de aplicação é muito necessária na realidade atual em que as organizações públicas e privadas trabalham de modo cada vez mais integrado para a execução de atividades visando alcançar à sociedade.

O terceiro modelo de avaliação, bastante estudado e conhecido dos arquivistas, é a macroavaliação. Esse modelo,

---

<sup>32</sup> SAMUELS, 1986, op. cit., p. 124.

desenvolvido inicialmente para os Arquivos Nacionais do Canadá tem em Terry Cook seu principal idealizador. Segundo ele, suas ideias, juntamente com as de arquivistas como Hans Booms, Gerald Ham, Helen Samuels, Richard Brown são a base do pressuposto teórico da macroavaliação no Arquivo Nacional do Canadá, de que seriam os valores sociais que deveriam guiar a avaliação de documentos. Ele destaca que embora não se saiba com segurança quais são esses valores, os arquivistas desenvolvem as estratégias e metodologias de avaliação que melhor reflitam uma imagem desses valores, por meio da tentativa documentar tanto o governo, como seus programas individuais e, em especial, mediante a documentação do nível de interação entre os cidadãos e o funcionamento do Estado. Assim ela se centra na interação entre a função, a estrutura e o cidadão cuja combinação reflete o funcionamento do Estado dentro da sociedade civil.

A macroavaliação é uma combinação entre a teoria, a estratégia e a metodologia da avaliação de documentos em arquivística. A teoria estuda as fontes e influências sobre as quais os arquivistas baseiam sua definição de “valor”, “transcendência” e “importância” em relação aos documentos. A estratégia e a metodologia seriam os meios pelos quais essas definições teóricas ou filosóficas de “valor” podem ser identificadas e colocadas em prática.<sup>33</sup>

As perguntas-chave da macroavaliação são: “Que funções ou atividades do produtor deveriam ser documentadas?” ; “Quem teve algum motivo e a responsabilidade original de criar um documento, que tipo de documento seria e com quem cooperaria ou se relacionaria essa pessoa para sua posterior produção?” “Que produtores de documentos ou funções (mais do que documentos) têm mais importância?” Somente depois de responder a essas perguntas, o arquivista poderia enfrentar de modo realista os documentos ou

---

<sup>33</sup> COOK, 2003, op. cit.

séries de documentos que, provavelmente, teriam o maior valor arquivístico potencial para a “microavaliação” (avaliação tradicional, utilizando-se critérios de valoração como a idade, a extensão, a unicidade, a duração, a completeza, a fragilidade, a manipulação etc.)

Só então se poderá determinar que produtores de documentos do setor privado complementarão os documentos oficiais para chegar aos “Arquivos totais”, combinando a interação político-social<sup>34</sup>

São cinco os passos fundamentais da metodologia da macroavaliação:

1. Investigar para decidir a complexidade e importância relativa das diferentes funções, subfunções, programas e atividades do objetivo funcional exaustivo objeto do projeto de macroavaliação e eliminação de documentos.
2. Investigar para determinar a localização estrutural (as OPI<sup>35</sup>) das funções, subfunções etc, mais importantes.
3. Investigar para compreender a natureza e a localização ou localizações mais centradas da interação do cidadão com a função ou o programa.
4. Formular uma hipótese macroavaliativa sobre onde se encontram os melhores documentos, o que seriam globalmente e quais das funcionalidades da interação político-social já mencionadas deveriam documentar.
5. Comprovar e confirmar a hipótese, por meio da avaliação funcional de blocos ou tipos de documentos selecionados dentro do programa funcional que se está avaliando e analisar o valor de outros documentos fora do programa, nos casos em que se suspeite que os documentos tenham sido duplicados dentro do mes-

---

<sup>34</sup> Ibid, p. 92.

<sup>35</sup> *Offices of primary interest*

mo programa ou em que os registro ou outros sistemas de informação cruzam as barreiras funcionais ou estruturais.

Finalizados esses passos, é necessário identificar qualquer documento adicional (definido em limites estreitos) que possa ter algum tipo de valor estético, simbólico, intrínseco ou informativo ou que o governo deva reter por lei durante um longo período. A conclusão do processo se dá com a identificação de fatores que possam afetar negativamente as escolhas feitas segundo a metodologia já descrita, sejam eles políticos, legais, éticos, técnicos, de custo, manutenção etc. Essa identificação serve para tornar possível uma transferência apropriada dos documentos, controlando os termos e condições de uma futura aquisição.<sup>36</sup>

### **Considerações acerca da avaliação de documentos digitais**

Tendo em vista as especificidades dos documentos arquivísticos digitais, apresentadas na seção 3, são trazidos aqui alguns pontos para reflexão em relação à sua avaliação.

A primeira reflexão sobre esses documentos é o grande volume em que são produzidos e armazenados. David Thomas<sup>37</sup> alerta para o fato de que, com a redução dos custos de armazenamento (custos de HD caem pela metade a cada 18 ou 24 meses), as empresas passaram a armazenar tudo, sem seleção, o que faz com que sejam guardados documentos duplicados ou sem valor algum. Além disso, empregados das organizações passaram a armazenar documentos digitais pessoais no espaço de armazenamento corporativo. Assim, esse aumento de dados armazena-

<sup>36</sup> COOK, 2003, op. Cit.

<sup>37</sup> David THOMAS, “The digital”, En: THOMAS, David at all. The silence of the archive. London, Facet Publishing, 2017, p. 65-100.

dos torna os custos e a complexidade do processo de avaliação ainda maiores, fazendo com que manter os documentos fique mais barato do que selecionar o que é importante. Outro aspecto importante é o fato de que esse aumento do volume de documentos também tem levado a um aumento da produção de dados sensíveis, tornando difícil a desclassificação manual de documentos que contêm tais dados. Logo, como as leis de proteção de dados pessoais preveem responsabilização dos governos caso tais dados não sejam protegidos adequadamente, ocorre um maior fechamento dos arquivos que não possam ser revistos para evitar possíveis ações legais.

Percebe-se então que esse grande volume de documentos armazenados por si só já tem o potencial para gerar o que a arquivística chama hoje de “silêncios”. David Thomas trata de três paradoxos associados à abertura digital (*digital openness*) e aos documentos digitais. Um deles é o fato de que, no mundo digital, leis desenhadas para criar maior abertura tem levado ao aumento da destruição de documentos, porque processar a Lei de Liberdade de Informação em um grande volume de documentos digitais é caro e difícil. Logo, organizações apagam documentos antes de serem objeto de pedidos de acesso. O segundo paradoxo é justamente o fato de que mais documentos pode significar menos informação e menos conhecimento, pois há muita informação disponível para a capacidade humana de analisar. Esse volume é incrementado também pelos projetos de digitalização de documentos, gerando a necessidade do uso de ferramentas como as de mineração de textos, modelagem de tópicos e análise de redes sociais. Essa questão remete à afirmação de Schellenberg<sup>38</sup> de que o interesse dos acadêmicos pelos documentos é

---

<sup>38</sup> Theodore Roosevelt SCHELLENBERG, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

inversamente proporcional ao seu volume. O terceiro paradoxo é que mais documentos podem significar que arquivos fiquem menores e alterem suas funções, pois, segundo ele, com a facilidade de reprodução dos documentos pelos usuários e empresas, os arquivos contarão com menos usuários e, conseqüentemente, menos receitas. Além disso, a grande quantidade de recursos técnicos e financeiros necessários para armazenar e disponibilizar essa enorme quantidade de documentos digitais faz com que somente arquivos muito ricos possam fazê-lo.<sup>39</sup>

Logo, destaca-se que a necessidade de avaliar documentos nunca foi tão válida. Se as discussões sobre avaliação de documentos começaram com a ampliação da produção documental, em meados do século XX, hoje, mais uma vez, há uma explosão documental que, muitas vezes, é invisível, mas que pode trazer problemas muito sérios, sobretudo se tais documentos não são geridos e avaliados antes mesmo de sua produção.

Voltando aos modelos de avaliação apresentados nesse artigo, destaca-se que, tanto a macroavaliação, quanto a estratégia de documentação têm como uma das justificativas para seu desenvolvimento, a proliferação de documentos em suportes e formatos variados, como os documentos digitais. A estratégia de documentação destaca a produção de documentos em diferentes formatos e a necessidade de um modelo que seja capaz de responder às necessidades geradas por essa multiplicidade de formatos. Além disso, as estratégias de documentação se beneficiariam dos recursos dos sistemas informatizados para sua execução, bem como da característica dos documentos digitais, “dissociação ou independência do suporte”, pois um documento pode estar preservado junto ao seu produtor e, ao mesmo tempo, participar de uma estratégia de documentação juntamente

---

<sup>39</sup> THOMAS, op. cit.

com os documentos de outras organizações ou pessoas.

A macroavaliação propõe um modelo de avaliação que parte de cima para baixo e possibilita que documentos sejam eliminados antes mesmo de se chegar à avaliação do item documental, ao se considerar uma atividade como não importante. Esse tipo de avaliação reduziria os custos da avaliação do grande volume de documentos produzidos em formato digital, contudo destaca-se aqui que problemas podem decorrer desse tipo de eliminação, pois, muitas vezes, documentos importantes que geram precedentes podem estar classificados juntamente com documentos de atividades rotineiras, já que muitas decisões são tomadas na execução de uma atividade. Nesses casos, uma avaliação de cima para baixo que não “descesse” até o documento poderia gerar a eliminação de documentos importantes para uma organização.

Na construção de seu modelo de Plano Documental, Hans Booms destaca o aumento da produção documental, ainda que não trate especificamente de documentos digitais. Sua preocupação é com a tarefa do arquivista de criar um registro documental socialmente relevante, armazenável e utilizável em termos humanos.<sup>40</sup>

Todos os modelos da chamada arquivística pós-moderna, assim como o modelo de avaliação de Schellenberg propõe uma análise funcional-estrutural, ou seja, não têm como ponto de partida o documento. Esse tipo de metodologia traz bastante eficiência ao processo de avaliação, pois, somente um conhecimento aprofundado da organização e de suas funções pode proporcionar uma correta avaliação de documentos. Logo, as ideias de Theodore Schellenberg continuam bastante válidas tanto para documentos analógicos como para os documentos digitais. Os

---

<sup>40</sup> BOOMS, op. cit.

desenvolvimentos da arquivística pós-moderna podem trazer contribuições e inovações ao processo de avaliação, contudo não significam uma ruptura, como, muitas vezes, procuram se apresentar. A novidade da avaliação de documentos no contexto da arquivística pós-moderna fica por conta da consideração dada aos valores sociais, bem como de uma preocupação em documentar a interação da sociedade com o governo. Isso pode ser verificado nos três modelos apresentados: Plano Documental, Estratégia de Documentação e Macroavaliação. A avaliação segue sendo uma função arquivística central e ganha mais importância em relação aos documentos digitais devido ao volume em que são produzidos e à complexidade de sua gestão e preservação. Assim, cabe ao arquivista trabalhar no sentido de evitar a formação de “arquivos silenciosos”, atuando em todas as fases do ciclo de vida dos documentos digitais e fazendo-se presente enquanto profissional qualificado para guiar os processos de avaliação de documentos. Sua formação profissional deve garantir habilidades específicas para lidar com documentos em todos os formatos e suportes, além da capacidade de trabalhar conjuntamente com outros profissionais, dialogando e aprendendo continuamente.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. (Publicações Técnicas, 51).
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos. *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-Atualizacao-do-e-arq-brasil/>

- [EARQ\\_v2\\_2020\\_final.pdf](#). [Fecha consulta 02/03/2022]
- BOOMS, H. “Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources”, En *Archivaria*, v. 24, 1987, pp. 69 – 107.
- BOOMS, H. “Überlieferungsbildung: Keeping archives as a social and political activity”. *Archivaria* v. 33, 1991-1992.
- BROOKS, P. C. “The selection of records for preservation”. *The American Archivist*, v. 3, n. 4, October 1940, p 221-234.
- CHAGAS, C. A. “Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia.” *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 478–498, 2020. Disponible en: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/926>. [Fecha consulta 02/03/2022]
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Glossário documentos arquivísticos digitais*. 8ª Versão, 2020. Disponible en: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde\\_2020\\_08\\_07.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf). [Fecha consulta 03/03/2022]
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Resolução nº 39*, de 29 de abril de 2014. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Disponible en: < <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-39-de-29-de-abril-de-2014>>. [Fecha consulta 25/04/2022]
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Resolução nº 43*, de 04 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponible en: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43->

- [de-04-de-setembro-de-2015](#)>. [Fecha consulta 25/04/2022]
- COOK, T. “Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos”. En: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponible en: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53709> [Fecha consulta 03/03/2022]
- COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. **TABULA**: Revista de archivos de Castilla y León, n. 6, 2003. El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos. Editor Luis Hernández Oliveira. p. 87-102.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Glossário documentos arquivísticos digitais*. 8ª Versão, 2020. Disponible en: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde\\_2020\\_08\\_07.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf). [Fecha consulta 03/03/2022]
- DINGWALL, G. “Modelo do ciclo vital e modelo do continuum: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós guerra”. En: Terry MACNEIL Easwood & Heather MacNeil (Orgs.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 205-235.
- DURANTI, L. “Registros documentais contemporâneos como provas de ação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.
- INTERPARES 3 PROJECT. *Team Brazil Glossary*. Documento arquivístico digital. Disponible en: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_terminology\\_db.cfm?team=4&status=glossary](http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?team=4&status=glossary). [Fecha consulta 03/03/2022]
- JENKINSON, H.. *A manual of archive administration*. London, Percy Lund, Humphries & Go Ltd, 1937 (nova edição revisada). Primeira edição (1922).
- JIMENE, C. V. *O valor probatório do documento eletrônico*. São Paulo, Sicurezza editora, 2010, 76p.
- KOLSRUD, O. “The evolution of basic appraisal principles – some comparative observations”. *American Archivist*,

- 55, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.v05w2kg671667v6h> [Fecha consulta 03/03/2022]
- RONDINELLI, R. C. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- SAMUELS, H. W.. “Improve our disposition: documentation strategy”. *Archivaria* 33, 1991-1992.
- SAMUELS, H. W. “Who controls de past”. *American Archivist*, Spring 1986. Pp. 110 – 124.
- SERRA SERRA, J. *Los documentos electrónicos: qué son y cómo se tratan*. Gijón, Trea, 2008.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. Ed, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006. 388 p.
- THAMAY, R.; TAMER, M. *Provas no direito digital: conceito de prova digital, procedimentos e provas digitais em espécie*. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.
- THOMAS, David. “The digital.” En: THOMAS, David at all. *The silence of the archive*. London, Facet Publishing , 2017, p. 65-100.
- TRACE, Ciaran B. “Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico.” En: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016